



FÓRUM BANCA

29 DE NOVEMBRO DE 2017

Intervenção Inicial da Vice-Governadora do Banco de Portugal Elisa Ferreira¹

“Sistema bancário em Portugal: evolução e desafios”

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com muito gosto que participo nesta edição do Fórum Banca promovida pelo Jornal Económico e pela PwC. A qualidade dos participantes e os temas selecionados tornam a reflexão muito oportuna e construtiva. Cumprimento a organização e saúdo todos os participantes.

Começo por agradecer o convite que me foi dirigido para esta intervenção inaugural; proponho-me abordar alguns dos elementos que considero mais relevantes sobre a evolução recente do sistema bancário em Portugal e identificar alguns dos principais desafios futuros.

Após um difícil e prolongado período que se seguiu à crise de 2007/08, num contexto internacional em mutação incluindo a nível regulamentar e institucional, considero que os progressos realizados em anos recentes pelo sistema bancário em Portugal são inegáveis, sobretudo no que se refere à redução das incertezas e ao robustecimento da sua credibilidade e confiança. O setor está hoje melhor preparado para disponibilizar o financiamento necessário ao desenvolvimento da economia portuguesa.

Tomando o setor bancário como um todo, alguns indicadores podem ajudar a perceber o grande ajustamento operado em Portugal:

- Redução significativa do risco acumulado, através da desalavancagem do sistema bancário que ajustou os ativos totais dos 526 mil milhões de euros em 2010 para os 386.4 mil milhões de euros em junho de 2017.
- Reforço dos níveis de solvabilidade, com o rácio de capital de melhor qualidade a aumentar de 7.4% em 2010 (*Core Tier 1*) para 13.2% em junho de 2017 (*Common Equity Tier 1*), conclusão que continua válida apesar dos ajustamentos das definições;

¹ Preparado para apresentação.



- Melhoria da liquidez, com o rácio (de transformação) entre empréstimos e depósitos (*loan-to-deposit ratio*) a baixar de cerca de 150% no fim de 2010 para cerca de 94% em junho de 2017;
- Maior eficiência, com o rácio entre custos e receitas (*cost-to-income*) a baixar de 72% no final de 2013 para 60% (60.4% em junho 2017);
- Ajustamento da capacidade instalada, tendo sido observada, entre 2011 e 2016, uma diminuição de cerca de 30% do número de balcões, menos 1.852 (para 4.454), e uma redução de cerca de 19% do número de colaboradores, menos 11.000 (para 46.069).

Fruto do ajustamento realizado, o sistema bancário português tem vindo a registar uma recuperação da atividade desde o segundo semestre de 2013, com destaque para as principais variáveis:

- Perfil de financiamento mais equilibrado, por um lado, os recursos do Eurosistema e outros bancos centrais baixaram para 6.6% do ativo (25 mil milhões de euros), em junho de 2017, o que equivale praticamente a metade do montante registado em junho de 2012 (12.6% do Ativo). Adicionalmente, os depósitos de clientes que em 2010 ascendiam a 228 mil milhões de euros e financiavam 43.4% do ativo aumentaram de forma estável (incluindo durante o programa de assistência económica e financeira), atingindo 247 mil milhões de euros (64.3% do Ativo) em junho de 2017;
- Recuperação da margem financeira, a principal fonte de receitas, tem beneficiado essencialmente do ajustamento dos preços dos passivos, com a taxa dos juros pagos a diminuir significativamente à medida que as taxas dos depósitos de particulares diminuem;
- Potencial melhoria de eficiência operacional, os custos operacionais representavam, em junho de 2017, o mesmo que em 2010 (1.5% do Ativo); no entanto, os programas de reestruturação ainda em curso (com custos *upfront*) permitem sustentar a expectativa de melhoria da eficiência operacional ao passar para “velocidade de cruzeiro” em termos de custos operacionais.

Em termos comparativos europeus, os bancos em Portugal apresentam hoje Resultados Brutos de Exploração em percentagem do capital próprio muito semelhantes à média dos bancos do Mecanismo Único de Supervisão – MUS, um total de receitas em percentagem do capital próprio ligeiramente inferior, mas um impacto dos custos operacionais ligeiramente mais favorável.



A grande diferença registada na rendibilidade dos capitais próprios face aos pares decorre fundamentalmente do facto de os bancos portugueses terem de registar valores significativos de imparidades para cobertura dos seus ativos não produtivos (NPL).

Apesar de os ativos não produtivos permanecerem em níveis acima da média europeia, importa, também aqui, reconhecer o progresso alcançado desde o valor máximo observado em junho de 2016. Desde essa data até junho de 2017, isto é, no espaço de um ano, o total de ativos não produtivos (incluindo empréstimos mas também outros ativos – *Non Performing Exposures*, NPE) foi reduzido em cerca de 8.2 mil milhões de euros, alcançando aproximadamente 42.3 mil milhões de euros.

Em termos de rácio de ativos não produtivos, a redução foi de 2.4 p.p. no mesmo período, situando-se em 15.5% em junho de 2017.

A redução em termos absolutos é mais significativa do que o rácio em si pois este incorpora o efeito denominador, ou seja, a diminuição do total de empréstimos no âmbito do necessário ajustamento de balanço após a crise.

Por fim, importa ainda mencionar o esforço paralelo dos bancos em relação ao aumento da cobertura dos empréstimos não produtivos por imparidades, tendo o respetivo rácio aumentado de 41% em 2015 para 45.9% em junho de 2017.

Não obstante esta evolução positiva, o esforço ainda necessário para reduzir os ativos não produtivos para níveis mais sustentáveis é considerável. É neste contexto que assumem especial relevância os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos para acelerar a redução destes ativos no balanço dos bancos em Portugal.

A nível nacional, a estratégia de redução de ativos não produtivos assenta primordialmente em três pilares interdependentes e complementares: i) revisão do enquadramento legal, judicial e fiscal; ii) ações de supervisão microprudencial, articuladas no âmbito do MUS, com destaque para o compromisso dos bancos com planos ambiciosos (mas realistas) para a redução calendarizada de NPL; e iii) gestão dos portfólios de NPL, onde se destaca a iniciativa de constituição da Plataforma de Gestão Integrada de Créditos Bancários, que deverá entrar em funcionamento a breve prazo, dedicada à gestão coordenada de créditos concedidos a sociedades não financeiras com exposições cruzadas a vários bancos.

Em síntese, não obstante os progressos assinaláveis verificados no decurso dos últimos anos, há ainda muito trabalho a fazer num contexto regulatório exigente e ainda não estabilizado.

Neste contexto, importa acompanhar atentamente os debates em curso ao nível da União Europeia nomeadamente no que se refere quer à revisão da legislação bancária



em geral quer à concretização das distintas vertentes da União Bancária. Nos dois casos, a defesa do interesse nacional passa pela identificação clara dos objetivos e pela maximização da capacidade de influência combinada de todos os atores, incluindo, naturalmente, a do sistema bancário nacional.

A transição para o novo enquadramento regulatório pós-crise – incluindo a introdução da norma contabilística IFRS9 e o cumprimento dos requisitos mínimos de passivos suscetíveis de absorver perdas em caso de resolução (MREL) – acarreta enormes desafios para os quais o sistema bancário em Portugal precisa de se preparar com a maior urgência, desafios esses substancialmente agravados pelo atual grau de “incompletude” da União Bancária.

Em paralelo com o cumprimento destes novos requisitos regulatórios, é também premente que o sistema bancário em Portugal ajuste os seus modelos de negócio de modo a integrar e reverter em seu benefício a inovação tecnológica em curso, com especial destaque para as *FinTech*.

A melhor forma, para um participante no mercado, de antecipar e assumir desafios e impactos colocados pelos avanços tecnológicos, é colocar-se no centro da inovação tecnológica, de modo que esta possa ser compreendida e orientada no sentido do bom funcionamento, eficiência, segurança e confiança nos serviços prestados.

A alteração do modelo de negócio induzida pelas *FinTech* constitui uma das prioridades de supervisão. Tanto a EBA, como o MUS, dos quais o Banco de Portugal é membro ativo, têm em curso iniciativas regulatórias e de supervisão para responder aos desafios decorrentes das *FinTech*, seguindo um princípio de “a mesma atividade, o mesmo risco, as mesmas regras”.

Do lado do Banco de Portugal, foi criado um grupo de reflexão multidisciplinar, com o objetivo de estudar a evolução da Banca Digital e das *FinTech* e de perspetivar, no horizonte 2020, os desafios que se colocam no contexto alargado da sua missão e no quadro específico das suas responsabilidades de regulação e supervisão.

A EBA tem, por seu lado, em curso trabalhos sobre: (i) o perímetro e adequação da regulação vigente, e (ii) uma avaliação adequada dos riscos decorrentes das novas tecnologias, em termos prudenciais, de proteção dos consumidores financeiros, da prevenção do branqueamento de capitais e da capacidade de aplicação de medidas de resolução se necessário.

No que concerne ao MUS, e na sequência do término da consulta pública no início deste mês, está a ser finalizado o guia para a avaliação de pedidos de autorização de entidades com um modelo de negócio baseado em tecnologia financeira.



As *FinTech* representam, acima de tudo, uma inevitável mudança na forma como os serviços financeiros serão disponibilizados e no modo de interação com os clientes; o mercado está a tornar-se inevitavelmente mais competitivo pela via da compressão de margens e disponibilização de serviços concorrentes com os da banca tradicional.

Apesar de as *FinTech* serem uma das principais fontes de disrupção para as instituições financeiras instaladas, o grau de preparação do setor é ainda manifestamente insuficiente², o que recomenda um enfoque reforçado sobre o tema.

Termino apelando para que este evento contribua para uma maior proximidade entre o sistema bancário em Portugal e todos os potenciais prestadores de novas soluções tecnológicas, sejam elas as mais tradicionais ou as *FinTech*.

Muito obrigada e faço votos de que seja uma sessão muito proveitosa para todos.

² KPMG (2017), “Forging the Future, How financial institutions are embracing fintech to evolve and grow”.